



PROPOSTA DE REDAÇÃO – ENEM 2019

TEXTO I

No dia da primeira exibição pública de cinema — 28 de dezembro de 1895, em Paris —, um homem de teatro que trabalhava com mágicas, Georges Méliès, foi falar com Lumière, um dos inventores do cinema; queria adquirir um aparelho, e Lumière desencorajou-o, disse-lhe que o “Cinematographo” não tinha o menor futuro como espetáculo, era um instrumento científico para reproduzir o movimento e só poderia servir para pesquisas. Mesmo que o público, no início, se divertisse com ele, seria uma novidade de vida breve, logo cansaria. Lumière enganou-se. Como essa estranha máquina de austeros cientistas virou uma máquina de contar histórias para enormes plateias, de geração em geração, durante já quase um século?

BERNARDET, Jean-Claude. O que é Cinema. In BERNARDET, Jean-Claude; ROSSI, Clóvis. O que é Jornalismo, O que é Editora, O que é Cinema. São Paulo: Brasiliense, 1993.

TEXTO II

Edgar Morin define o cinema como uma máquina que registra a existência e a restitui como tal, porém levando em consideração o indivíduo, ou seja, o cinema seria um meio de transpor para a tela o universo pessoal, solicitando a participação do espectador.

GUTFREIND, C. F. O filme e a representação do real. E-Compós, v. 6, 11, 2006 (adaptado).

TEXTO III



Disponível em: www.meloomensagem.com.
Acesso em: 12 jun. 2019 (adaptado).

TEXTO IV

O Brasil já teve um parque exibidor vigoroso e descentralizado: quase 3 300 salas em 1975, uma para cada 30 000 habitantes, 80% em cidades do interior. Desde então, o país mudou. Quase 120 milhões de pessoas a mais passaram a viver nas cidades. A urbanização acelerada, a falta de investimentos em infraestrutura urbana, a baixa capitalização das empresas exibidoras, as mudanças tecnológicas, entre outros fatores, alteraram a geografia do cinema. Em 1997, chegamos a pouco mais de 1 000 salas. Com a expansão dos shopping centers, a atividade de exibição se reorganizou. O número de cinemas duplicou, até chegar às atuais 2 200 salas. Esse crescimento, porém, além de insuficiente (o Brasil é apenas o 60º país na relação habitantes por sala), ocorreu de forma concentrada. Foram privilegiadas as áreas de renda mais alta das grandes cidades. Populações inteiras foram excluídas do universo do cinema ou continuam mal atendidas: o Norte e o Nordeste, as periferias urbanas, as cidades pequenas e médias do interior.

Disponível em: <https://cinema.portoavoca.ancine.gov.br>.
Acesso em: 13 jun. 2019 (fragmento).

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “Democratização do acesso ao cinema no Brasil”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

ANÁLISE DA PROPOSTA ENEM 2019

A proposta de Redação deste ENEM de 2019 pôs em discussão uma questão de enorme relevância para aqueles que se preocupam com a promoção dos direitos humanos e o progresso das condições de vida no país. Ao solicitar uma dissertação que aponte caminhos para democratizar o acesso ao cinema no Brasil, a banca privilegiou um aspecto de uma ampla questão, que é o direito à cultura, seja no que compete à garantia das condições necessárias para a produção e o incentivo às práticas culturais, seja no que tange à facilitação do acesso aos bens culturais.

A coletânea foi composta de quatro textos, um fragmento de um livro de Jean-Claude Bernardet, outro de Cristiane Gutfreind, para a revista digital E-compós, um infográfico retirado da revista Meio e Mensagem e um texto extraído da site da Ancine, a agência de fomento ao cinema brasileiro.

O texto de Bernardet destaca a enorme influência que o cinema ganhou historicamente, ao contrário do que previa um de seus inventores, Lumière. Como o autor destaca, "Lumière enganou-se", já que o cinema se tornou um dos meios de cultura de maior influência no último século.

O breve fragmento de Gutfreind cita e comenta uma frase de Edgar Morin. O teórico francês destaca a importância do cinema para a construção da subjetividade do homem do século XX, pois, ao registrar a vida dos indivíduos, permite que essa dimensão da individualidade seja resgatada e reassumida, ganhando sentido e relevância.

O infográfico destaca a disparidade de acesso ao cinema e à TV. Enquanto 88% dos brasileiros assistem a filmes televisionados com regularidade, menos de 20% deles frequentam as salas de cinema.

O texto IV traz dados que permitem entender melhor essa disparidade. Da década de 1970 para cá, assistimos a um perturbador processo de fechamento e de concentração das salas de exibição. Na lista dos países segundo o número de habitantes por sala, ocupamos a 60ª posição. Dispomos de poucas salas e, para agravar o quadro, elas estão concentradas nos grandes centros urbanos. Contingentes populacionais relevantes, do interior, das cidades menores e das regiões Norte e Nordeste estão marginalizados, sem acesso a essa manifestação artística.

A coletânea dá subsídios para fundamentar a relevância da questão posta em debate, sobretudo na dimensão da exibição, mas a leitura atenta do texto II dá sustentação a uma abordagem que problematize também a produção de filmes. Nos dois âmbitos, a situação do país, infelizmente, ainda está muito aquém do desejável, de modo que a reflexão a respeito de estratégias para popularização do cinema é necessária e urgente. O candidato poderia, portanto, abordar a importância da democratização do cinema sob a ótica da produção, da exibição ou de ambas.

O texto II, ao citar E. Morin, leva a que se vislumbrem os graves malefícios de uma produção cinematográfica restrita: sem acesso às condições de financiamento à produção cinematográfica, realizadores de diversas regiões e estratos sociais não podem cumprir o papel que o teórico francês da comunicação aponta. Sem um cinema que represente essas realidades brasileiras marginalizadas, essas comunidades perdem esse recurso de expressão e autorreconhecimento.

Democratizar as condições de produção cinematográfica, portanto, significa ampliar o reconhecimento e o autorreconhecimento de nossa diversidade humana e cultural, atenuando essa forma de exclusão, a exclusão do repertório de imagens – um dos imaginários nacionais –, para o qual o cinema tanto contribui.

Os dois textos seguintes trazem um conjunto de dados que demonstra a urgência na elaboração de estratégias que permitam ampliar o acesso ao circuito exibidor. Não basta que se possa fazer cinema, se ele não puder circular amplamente, por toda a sociedade.

Assim é fundamental que sejam criadas salas de exibição nas regiões em que elas não estão disponíveis e, ao mesmo tempo, assegurar que ocorram sessões a preços acessíveis.

As propostas de encaminhamento, evidentemente, não poderiam ignorar o direito universal à cultura, que fundamenta a busca pela democratização do cinema, nos dois aspectos acima expostos.

A facilitação das condições de produção dependem, sobretudo, de agentes com capacidade de investimento, pois a indústria cinematográfica, mesmo no caso das chamadas produções de baixo custo, envolve tecnologias e insumos custosos. As propostas de encaminhamento para a democratização nesse quesito, assim, exigirão a participação do empresariado e do poder público, aumentando as verbas disponíveis e garantindo a transparência dos critérios de seleção das obras escolhidas. Teria cabimento, por exemplo, aprimorar a atual lei Rouanet, de forma a que os recursos pudessem ser pulverizados, ampliando o arco dos realizadores para além dos consagrados, cujas chances de financiamento já são mais generosas.

As possibilidades de democratização do acesso, por sua vez, podem ser implementadas pelos mais diversos atores sociais. Em cada bairro ou pequena cidade, por iniciativa de um grupo de cidadãos ou de qualquer organização social, com relativamente poucos recursos, explorando parcerias com clubes, igrejas, sindicatos ou associações de bairro, podem ser criadas salas de cinema. As escolas podem assumir papel fundamental nesse processo, seja disponibilizando instalações, seja programando a ida dos estudantes às salas que puderem ser abertas, colaborando para atrair novos espectadores. Os cineclubes, importantes meios para a exibição de películas menos comerciais e para o aprofundamento da discussão sobre o cinema, podem ser encorajados e disseminados, compondo um ciclo de educação para o cinema.

Outras iniciativas já testadas e extremamente bem-sucedidas de levar o cinema aos pontos atualmente sem acesso ao circuito exibidor poderiam ser mantidas e ampliadas, transformando-se em estratégias permanentes. Como exemplo, poderia ser citado o projeto do roteirista Luiz Bolognesi e da cineasta Laiz Bodanski, que tem levado salas itinerantes de cinema por todo o Brasil.